

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 686

**INCIDÊNCIA E NATUREZA DA POBREZA
ENTRE IDOSOS NO BRASIL ***

Ricardo Paes de Barros**

Rosane Mendonça***

Daniel Santos****

Rio de Janeiro, dezembro de 1999

* Gostaríamos de agradecer a Alinne Veiga pelo desempenho excepcional no processamento dos dados utilizados neste estudo.

** Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

*** Professora do Departamento de Economia da UFF e pesquisadora na Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

**** Assistente de pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Martus Tavares - Ministro

Guilherme Dias - Secretário Executivo



Presidente

Roberto Borges Martins

Diretoria

Eustáquio J. Reis

Gustavo Maia Gomes

Hubimaier Cantuária Santiago

Luís Fernando Tironi

Murilo Lôbo

Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e disponibiliza, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais dos países. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir de estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010

Telefax: (21) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900

Telefax: (61) 315-5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 1998

É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	1
1 - METODOLOGIA	1
1.1 - Base de Dados, alguns Conceitos Básicos e Indicadores	2
1.2 - Estratégia Empírica	5
2 - RESULTADOS.....	6
2.1 - A Renda ao Longo do Ciclo da Vida	6
2.2 - Distribuição de Renda para Idosos e Não-Idosos.....	9
2.3 - A Estrutura da Pobreza para Idosos e Não-Idosos no Brasil.....	12
2.4 - Diferenças entre os Pobres Idosos e os Não-Idosos	17
2.5 - O Impacto dos Idosos sobre a Pobreza.....	22
3 - CONCLUSÕES.....	25
BIBLIOGRAFIA	26

RESUMO

Os idosos, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, constituem uma parcela da população potencialmente vulnerável a estar em estado de pobreza, dado que características como produtividade e empregabilidade declinam com a idade a partir de um determinado momento do ciclo de vida. A partir deste momento, as pessoas passam a depender cada vez mais de outras fontes de renda (principalmente aposentadoria) e dos rendimentos dos demais moradores do domicílio para sobreviver e manter seu padrão de vida. Os idosos tendem, portanto, a apresentar maior volatilidade na renda domiciliar per capita, uma vez que as famílias com idosos tendem a ser menos numerosas, fazendo com que a renda domiciliar dependa da situação de um número menor de pessoas.

Por outro lado, a estrutura de gastos dos idosos também tende a ser mais volátil que a da maioria da população, uma vez que há maior probabilidade de surgimento de gastos elevados e inesperados, principalmente com a sua saúde.

Sendo os idosos um grupo com características específicas, surgem as seguintes questões: Que posição os idosos ocupam na distribuição de renda? Quem são e onde estão os idosos pobres? Quão diferente eles são dos demais pobres? E dos demais idosos? Em que medida a pobreza entre os idosos é menos sensível a flutuações macroeconômicas que a pobreza dos demais grupos sócio-econômicos?

O objetivo deste trabalho é, pois, realizar uma análise descritiva aprofundada da estrutura da pobreza entre os idosos no Brasil em 1997, investigando a incidência e a natureza desta pobreza e o impacto que a presença e a renda dos idosos tem sobre a pobreza dos demais membros da sociedade. Serão destacadas as características sócio-econômicas e a posição dos idosos na distribuição de renda, bem como a composição de seus rendimentos domiciliares.

ABSTRACT

The elderly belong to a portion of the population potentially vulnerable to the state of poverty, due to the fact that productivity and employment tend to decline at a certain point of the life cycle. At this point people become more dependable on other sources of income, such as alimonies and relative's resources, to maintain their life standards. Their per capita household income tends to be more volatile because families with elderly are normally smaller than others, which makes the household income depend on a smaller number of people.

On the other hand, the expense structure of the elderly tends to be more volatile when compared to the major part of the population, since there is a larger probability of unexpected and high standard expenses, specially with health care.

Since the elderly are a group of people with specific features, one may ask the following questions: Where do the elderly take place in the income distribution? Who and where are the poor elderly? How much do they differ from other poor people? And other elderly people? In which ways is poverty among the elderly less sensitive to macroeconomic fluctuation than poverty in other socioeconomic segments of the population?

The main purpose of this paper is to make a deep descriptive analysis of the poverty structure among the elderly in Brazil in 1997, studying the rate of occurrence and the constitution of their poverty, as well as the impact of the elderly income and presence in other segments of the society. The socioeconomic features will be underlined, as will the position occupied by the elderly in the income distribution, as well as the composition of their household income.

INTRODUÇÃO

Os idosos, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, constituem uma parcela vulnerável da população, potencialmente sujeita ao estado de pobreza. Características como produtividade e empregabilidade declinam com a idade a partir de um determinado momento do ciclo de vida que em geral ocorre em torno dos 60 anos. A partir desse momento, as pessoas passam a depender cada vez mais dos rendimentos dos demais moradores do domicílio para sobreviver e manter seu padrão de vida.

Com dificuldade de obter renda por meio do trabalho, os idosos passam a depender significativamente de outras fontes de renda, principalmente da aposentadoria. Estas fontes de renda, contudo, variam, quase sempre, devido a decisões tomadas à revelia dos maiores interessados: os próprios idosos. No mais, sendo a origem dos rendimentos dos idosos distinta da dos demais membros da sociedade, é possível que também seja distinta a natureza de sua pobreza.

Além disso, os idosos tendem a apresentar maior volatilidade em sua estrutura de gastos e na renda domiciliar *per capita*. A maior volatilidade dos gastos decorre, quase sempre, do inesperado surgimento de gastos elevados, principalmente com a saúde. Já a volatilidade da renda domiciliar *per capita* é conseqüência do fato de as famílias com idosos serem, em geral, menos numerosas, fazendo com que a renda domiciliar dependa da situação de um número menor de pessoas.

Sendo os idosos um grupo com características específicas, surgem as seguintes questões: Que posição os idosos ocupam na distribuição de renda? Quem são e onde estão os idosos pobres? Quais as diferenças entre eles e os demais pobres? E entre eles e os idosos não-pobres? Em que medida a pobreza entre os idosos é menos sensível a flutuações macroeconômicas que a pobreza dos demais grupos socioeconômicos?

O objetivo deste estudo é, pois, realizar uma análise descritiva e aprofundada da estrutura da pobreza entre os idosos no Brasil em 1997, investigando a incidência e a natureza dessa pobreza e o impacto que a presença e a renda dos idosos têm sobre a pobreza dos demais membros da sociedade. Serão destacadas as características socioeconômicas e a posição na distribuição de renda dos idosos, bem como a composição de seus rendimentos domiciliares.

O estudo encontra-se organizado da seguinte forma: a Seção 1 busca descrever a metodologia utilizada e salientar as bases de dados, os conceitos básicos e a estratégia empírica; a Seção 2 apresenta e analisa os resultados obtidos a partir dos exercícios realizados; e, finalmente, a Seção 3 resume os principais resultados obtidos e expõe as conclusões do trabalho.

1 - METODOLOGIA

A relação entre idosos e pobreza pode ser pensada de duas formas. Na primeira, os idosos constituem um grupo socioeconômico. Visto desta forma, o universo de pobres pode ser decomposto em *a*) idosos e *b*) não-idosos. Portanto, a incidência

da pobreza entre os idosos pode ser medida pela percentagem de pobres (P0) ou pela insuficiência de renda que se deve aos idosos (P1, P2). A contribuição dos idosos para a pobreza será tão maior quanto maior for o grau de pobreza entre os idosos em relação à média, e quanto maior for a percentagem de idosos na população. Caso o grau de pobreza entre os idosos seja maior que a média, a sua contribuição para a pobreza será maior que a sua participação na população.

Na segunda forma de pensarmos a relação entre idosos e pobreza, os idosos influenciam a renda *per capita* da família a que pertencem e, portanto, o seu grau de pobreza. Esta influência é exercida de duas formas. Por um lado, os idosos representam membros adicionais na família e, portanto, reduzem a sua renda *per capita*. Por outro lado, e na medida em que têm sua própria renda, contribuem para a renda familiar elevando a renda *per capita* e reduzindo o grau de pobreza. O fator que irá predominar em cada família vai depender de a renda média do idoso da família ser superior ou inferior à renda *per capita* familiar. Caso a renda média do idoso seja maior que a renda *per capita* familiar, a sua presença determinará um aumento na renda *per capita* da família e, portanto, uma redução na probabilidade ou intensidade da pobreza desta família. Em suma, em que medida os idosos contribuem para aumentar ou reduzir a pobreza depende, em última instância, da relação entre a renda dos idosos e a dos demais membros da família.

Nesta seção descrevemos sucintamente a base de dados, alguns conceitos básicos e a estratégia empírica utilizados neste estudo para tentar responder às questões propostas no início do texto.

1.1 - Base de Dados, alguns Conceitos Básicos e Indicadores

1.1.1 - Base de dados

A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 1997, cuja realização compete ao IBGE. O conteúdo da PNAD provém de questionários domiciliares e é coletado anualmente em cerca de 300 mil domicílios dispersos por todo o território nacional.¹ O questionário é especialmente rico em informações relacionadas ao mercado de trabalho e a respeito da estrutura familiar.

1.1.2 - Conceitos básicos

Nesta subseção apresentamos os principais conceitos utilizados ao longo deste estudo.

Idoso: foi definido como sendo todos os indivíduos com 60 anos ou mais.

Pobre: assim como na maioria dos estudos correlatos, serão considerados pobres todos os indivíduos que possuem renda domiciliar *per capita* inferior a uma dada

¹ À exceção das áreas rurais de alguns estados da região Norte.

linha de pobreza. Aqui, a linha de pobreza escolhida é a proposta por Barros e Mendonça (1999). A Tabela 1 apresenta os valores da linha de pobreza para as diversas sub-regiões brasileiras e os idosos são classificados entre pobres e não-pobres segundo os mesmos critérios utilizados para classificar a população como um todo. No entanto, é preciso ressaltar que existe a possibilidade de as linhas de pobreza convencionais não serem medidas fiéis de condições de vida,² devido aos hábitos e necessidades específicos dos idosos. Em todo caso, a arbitrariedade incorrida em qualquer tentativa de determinar linhas de pobreza distintas para idosos e não-idosos poderia levar a limitações ainda maiores.

Tabela 1
Linhas Regionais de Pobreza

(Em R\$ de 1997)

Região/Área	Linha de Pobreza
<i>Centro-Oeste</i>	
Urbano	77,0
Distrito Federal	89,5
<i>Nordeste</i>	
Urbano	92,6
Rural	82,6
Fortaleza	82,0
Recife	107,6
Salvador	101,4
<i>Norte</i>	
Urbano	95,1
Belém	95,0
<i>Sudeste</i>	
Rural	62,0
Urbano	72,6
Belo Horizonte	80,7
Rio de Janeiro	
Metropolitano	103,2
Rural	78,8
Urbano	87,6
<i>São Paulo</i>	
Metropolitano	103,9
Rural	75,1
Urbano	92,0
<i>Sul</i>	
Urbano	90,7
Rural	82,6
Curitiba	95,1
Porto Alegre	115,2

Fonte: Construída com base na PNAD de 1997.

2 Um idoso com renda domiciliar *per capita* exatamente igual à linha de pobreza pode, por exemplo, estar em situação de bem-estar inferior à de um não-idoso nas mesmas condições, por gastar parte significativa da renda em remédios. No caso, o idoso poderia ser classificado como pobre e o não-idoso como não-pobre.

1.1.3 - Descrição dos indicadores de pobreza e desigualdade da curva de Lorenz

P0, P1, P2: classe de indicadores de intensidade de pobreza conhecidos como indicadores de Foster-Greer-Thorbecke (1984). A fórmula geral destes indicadores é:

$$P(\alpha) = \frac{1}{n} \sum_{W_i < L} \left(\frac{L - W_i}{L} \right)^\alpha$$

onde L é uma linha de pobreza arbitrariamente definida, n é o tamanho da população de uma região ou de um dado grupo socioeconômico e W_i é a renda da i -ésima pessoa. O somatório inclui apenas as pessoas cuja renda é inferior à linha de pobreza.

P0 é simplesmente a proporção de pessoas pobres num dado grupo socioeconômico ou região;³ P1 é também denominado hiato de renda médio e mede a proporção da renda das pessoas pobres que precisaria ser redistribuída entre os mesmos para que todos ficassem com o mesmo grau de pobreza; P2, que é conhecido como índice de Foster-Greer-Thorbecke ou como hiato quadrático de renda médio, é outra medida de intensidade de pobreza, ainda mais sensível a rendas muito baixas que o hiato de renda médio.

Curva de Lorenz: é uma função que associa uma proporção acumulada da renda a uma proporção acumulada da população. A população é inicialmente ordenada de forma crescente segundo o nível de renda *per capita*. Assim, a proporção acumulada da população define um domínio para a função que varia entre 0 e 1. Um ponto deste intervalo, como por exemplo 0,25, pode ser interpretado como o que representa o quarto mais pobre da população. A este ponto será associada a proporção da renda que cabe a este quarto da população. No ponto limite, em que a proporção acumulada da população é 1, a proporção acumulada da renda deve assumir o valor 1, o que significa que a fração da renda que cabe à população total é de 100%. Se a renda fosse distribuída de forma perfeitamente igualitária, a Curva de Lorenz seria representada por uma reta de 45° ligando os pontos (0,0) e (1,1). Quanto maior a desigualdade na distribuição de renda, mais convexa a curva se torna, afastando-se da reta de 45°.

Índices T de Theil e Coeficiente de Gini: ambos os indicadores são medidas do grau de concentração de renda numa região ou num dado grupo socioeconômico. A interpretação é direta: quanto maior o valor do índice, maior o grau de concentração de renda, isto é, mais desigualmente distribuída está a renda.

³ Também é possível interpretar P0 como sendo a probabilidade de uma pessoa ser pobre dado que pertence a um determinado grupo socioeconômico ou região.

O Índice ou Coeficiente de Gini é definido como a metade da área compreendida entre a Curva de Lorenz e a reta de 45° citada no tópico anterior. Por construção, este indicador apresenta valores restritos⁴ ao intervalo (0,1).

Já o índice T de Theil é definido por:

$$T = \sum_{i=1}^n y_i \log(ny_i)$$

onde n é o número de membros de uma dada população e y_i é a fração da renda total recebida por indivíduo i da população.

1.2 - Estratégia Empírica

O instrumento básico de análise será a comparação, num mesmo instante ou em pontos distintos do tempo, entre perfis socioeconômicos de idosos pobres, idosos não-pobres e não-idosos pobres.

1.2.1 - Perfis socioeconômicos

Para atingir os objetivos propostos na subseção anterior, procederemos a um contraste de perfis socioeconômicos, comparando distribuições de características entre pobres, idosos e não-idosos.

Estaremos interessados em saber como se distribuem as seguintes características entre idosos e não-idosos:

Características pessoais

- *Sexo*: homem, mulher.
- *Cor*: branco, amarelo ou indígena, pardo, preto.
- *Nível educacional*: 0, 1, 2, ..., 16, 17 ou mais anos de estudo.

Estrutura familiar

- *Posição no domicílio*: agregado, cônjuge, outro parente, chefe, filho.

Localização geográfica

- *Sub-região*: Centro-Oeste rural, Centro-Oeste urbano, Nordeste rural, Nordeste urbano, Norte rural, Norte urbano, Sudeste rural, Sudeste urbano, Sul rural, Sul urbano.

⁴ Para uma discussão aprofundada, ver Hoffmann (1998, p. 33-85).

1.2.2 - Comparando estruturas distintas de pobreza

Ao constatarmos que a estrutura da pobreza entre os idosos é distinta da estrutura de pobreza do restante da população, não sabemos se esta diferença se deve ao fato de que diversas características socioeconômicas estão desigualmente distribuídas entre idosos e não-idosos, ou ao fato de que a importância destas características difere para idosos e não-idosos. Para tentar separar os dois efeitos, podemos simular a estrutura de pobreza que haveria entre os idosos se estes possuíssem o mesmo perfil socioeconômico dos não-idosos. A diferença obtida entre o resultado desta simulação e a estrutura de pobreza observada entre os não-idosos pode então ser atribuída a disparidades na importância das características na determinação da pobreza entre idosos e não-idosos.

Para ilustrar este argumento, o que queremos saber é se a imensa proporção de idosos pobres com zero ano de estudo (61,3%) se deve ao fato de haver muito mais idosos do que não-idosos com zero ano de estudo, ou se é porque, entre os idosos, ter zero ano de estudo tem um impacto maior sobre a pobreza.

O exercício é bem simples e constitui-se em comparar a renda de pessoas que possuem as mesmas características. No exemplo citado, estaríamos alterando as proporções de categorias de nível educacional entre os idosos sem alterar o rendimento médio de cada uma destas categorias.

2 - RESULTADOS

2.1 - A Renda ao Longo do Ciclo da Vida

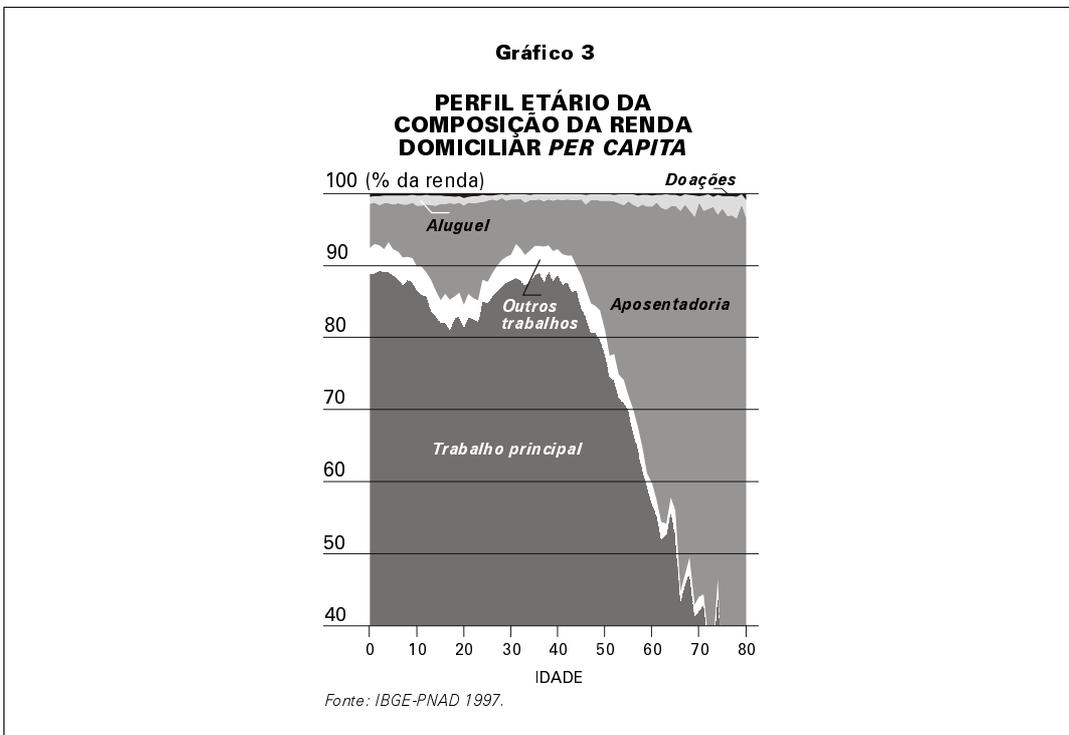
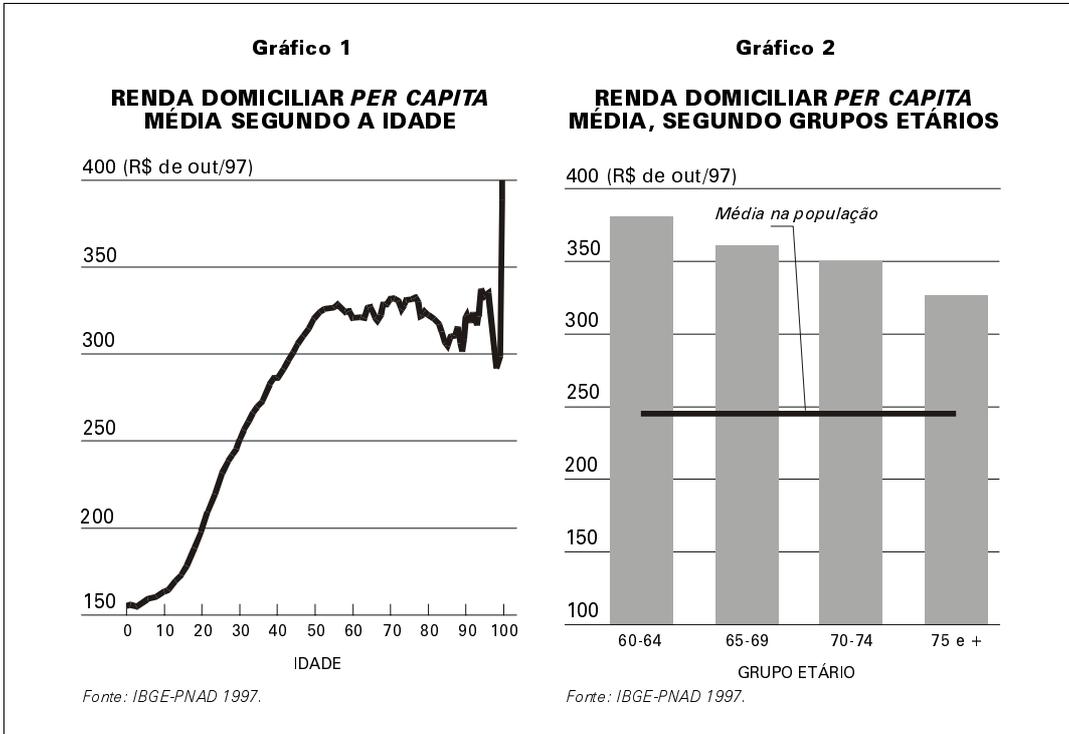
Nesta subseção, buscamos analisar a evolução dos indicadores de pobreza ao longo do ciclo da vida.

O Gráfico 1 apresenta a evolução da renda domiciliar *per capita* média por idade.⁵ Nele, observa-se claramente uma tendência ao aumento da renda domiciliar do início da vida até cerca de 60 anos, fato natural devido ao aumento de riqueza e de renda do trabalho como consequência do acúmulo de experiência. A partir dos 60 anos, a renda domiciliar deixa de exibir qualquer tendência perceptível ao exame visual, mantendo-se ao redor de R\$ 325. No entanto, se examinarmos em detalhe os maiores de 60 anos, divididos em grupos de cinco anos, observaremos certa tendência ao declínio da renda com o avançar da idade, como mostra o Gráfico 2.

O Gráfico 3 mostra a evolução da composição da renda domiciliar *per capita* média ao longo do ciclo da vida. Neste gráfico podemos ver que os rendimentos do trabalho contribuem com pelo menos 80% da renda domiciliar *per capita* média, para pessoas entre zero e 50 anos. A partir desta faixa etária, a proporção da renda domiciliar *per capita* composta por rendimentos do trabalho tende a declinar, perdendo espaço principalmente para rendimentos de aposentadoria. Aos

⁵ A renda domiciliar total resulta da soma das rendas de todas as fontes de um mesmo domicílio. A partir daí, toma-se a média da renda domiciliar total entre indivíduos de uma mesma idade.

70 anos de idade, as rendas do trabalho representam pouco mais de 40% do ganho domiciliar *per capita* das pessoas, enquanto a aposentadoria já representa mais de 50%.



Essa evidência corrobora a hipótese de que a estagnação dos rendimentos pouco antes dos 60 anos, encontrada no Gráfico 1, decorre da saída de parte das pessoas da força de trabalho a partir dessa idade. Além disso, a evolução da composição da renda domiciliar ao longo do ciclo da vida demonstra a diferença entre a origem dos rendimentos para idosos e não-idosos.

Se reunirmos a população com mais de 25 anos em dois grupos distintos, idosos e não-idosos, em que o primeiro abranja os indivíduos entre 25 e 59 anos e o segundo aqueles com 60 anos e mais, confirmaremos as diferenças existentes na composição da renda domiciliar. Segundo a Tabela 2, entre os não-idosos aproximadamente 85% da renda domiciliar provém do trabalho, na forma de dinheiro ou mercadorias, contra pouco mais de 40% entre os idosos com 60 anos e mais. Por outro lado, entre os não-idosos a percentagem da renda domiciliar composta por aposentadorias e pensões não passa de 11,68% sendo, contudo, quase 50% entre aqueles com 60 anos e mais.

Tabela 2

Composição da Renda Domiciliar Per Capita - Brasil 1997

Renda	Grupos de Idade						
	Total	25 a 29 Anos			60 e Mais		
		Total	Não-Pobres	Pobres	Total	Não-Pobres	Pobres
Domiciliar <i>per capita</i>	100,00	100,00	100,0	100,0	100,00	100,0	100,0
Da ocupação principal	78,04	81,65	83,4	84,5	42,74	40,7	35,6
Em produtos ou mercadorias da ocupação principal	0,12	0,09	0,1	0,7	0,20	0,2	0,6
Da ocupação secundária	2,95	3,22	3,6	1,8	1,44	1,3	0,5
Em produtos ou mercadorias da ocupação secundária	0,01	0,01	0,0	0,1	0,00	0,0	0,0
Em dinheiro de outros trabalhos	0,30	0,35	0,4	0,0	0,17	0,2	0,0
Em produtos ou mercadorias de outros trabalhos	0,00	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
De aposentadoria	11,15	8,52	6,2	5,3	38,11	37,0	51,5
De pensão	2,98	2,32	2,1	3,6	8,59	11,2	8,4
De outro tipo de aposentadoria	0,29	0,24	0,2	0,0	0,90	1,0	0,0
De outro tipo de pensão	0,81	0,60	0,8	1,1	0,82	0,9	0,5
De abono de permanência	0,00	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
De aluguel	2,16	1,93	2,0	0,5	5,08	5,4	0,6
Doação recebida	0,57	0,41	0,5	2,0	0,87	1,0	2,0
Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações	0,62	0,64	0,8	0,5	1,08	1,1	0,3

Fonte: Construída com base na PNAD de 1997.

Aprofundando nossa análise, a Tabela 2 apresenta a composição da renda domiciliar para os mesmos grupos de idade citados, distinguindo porém pobres e não-pobres. Segundo essa tabela, a participação da renda do trabalho na renda domiciliar total é aproximadamente a mesma para todos os não-idosos (em torno de 87%), sendo estes pobres ou não. Já entre os idosos, os rendimentos do trabalho constituem uma fração menor da renda domiciliar total para os pobres (aproximadamente 37%) do que para os não-pobres (42%). O oposto ocorre com a

participação dos rendimentos provenientes de aposentadoria. Entre os não-idosos, as aposentadorias representam 5,3% da renda total para os pobres e 6,2% para os não-pobres. Mas entre os idosos elas contribuem mais para a formação da renda domiciliar dos pobres do que dos não-pobres. Para os idosos pobres, as aposentadorias significam cerca de 50% da renda domiciliar total, enquanto para os não-pobres representam 37%. Finalmente, outro componente importante da renda domiciliar, as rendas de pensão apresentam um padrão distinto de aposentadorias ou de rendimentos do trabalho. Na população de não-idosos, as pensões representam 4,7% da renda domiciliar dos pobres, contra 2,9% dos não-pobres. Na população de idosos, as posições se invertem, de modo que as pensões passam a constituir 8,9% da renda dos pobres contra 12% da renda dos não-pobres.

2.2 - Distribuição de Renda para Idosos e Não-Idosos

O objetivo desta subseção é investigar a posição dos idosos na distribuição de renda e comparar como esta distribuição varia entre idosos, não-idosos e na população como um todo.

A primeira questão abordada é se os idosos estão relativamente mais presentes nas famílias pobres ou nas não-pobres. Por um lado, é plausível que, por haver correlação positiva entre a renda e a expectativa de vida, se deva esperar que a proporção de idosos seja maior nos décimos de renda superiores que nos inferiores (simplesmente porque a probabilidade de que uma pessoa atinja a condição de idosa cresce com a renda).

Por outro, na medida em que parte dos filhos sai de casa quando poderiam contribuir mais com seus ganhos no mercado de trabalho, é possível que a renda domiciliar *per capita* seja menor nas famílias com mais idosos.

Além disso, sendo a composição da renda dos idosos distinta da dos não-idosos, é razoável supor que a evolução da percentagem de idosos ao longo da distribuição de renda vai depender de como as diferenças na composição determinem a classificação do idoso como pobre ou não-pobre.

O Gráfico 4 apresenta a evolução do percentual de idosos ao longo dos centésimos da distribuição de renda. Esse gráfico revela que a percentagem de idosos cresce ao longo dos centésimos da distribuição de renda, estando os idosos, portanto, sub-representados entre os mais pobres e sobre-representados entre os mais ricos. Enquanto a percentagem de idosos com 60 anos e mais fica entre 2% e 4% na extremidade inferior da distribuição de renda, esta atinge mais de 10% na extremidade superior, ou seja, tal percentagem é, entre os extremamente ricos, mais de três vezes superior do que entre os extremamente pobres. Este resultado é menos evidente para os idosos de 70 anos e mais, mas percebe-se claramente que os idosos tendem a ser menos pobres do que a população como um todo. Este resultado está de acordo com o fato de que a renda domiciliar média tende a crescer com a idade (pelo menos até os 60 anos).



Além desta tendência geral, o Gráfico 4 revela uma acentuada concentração de idosos no centro da distribuição, principalmente no sexto e sétimo décimos de renda. É possível que esta concentração deva-se ao vínculo das aposentadorias ao salário mínimo. De fato, nestes décimos centrais, onde a concentração dos idosos é mais elevada, a renda média é próxima a um salário mínimo.

Examinando as diferenças na distribuição de renda entre idosos, não-idosos e na população total, encontramos que o índice T de Theil é inequivocamente maior entre idosos (0,76) do que entre não-idosos (0,71) (ver Tabela 3), revelando que a renda entre idosos é distribuída de modo ainda mais desigual do que entre não-idosos. Uma possível explicação para este fato é o provável aumento na volatilidade da renda domiciliar *per capita*, já mencionado. Já no caso do Índice de Gini, parece não haver grandes distinções entre idosos e não-idosos.

O Gráfico 5 apresenta as Curvas de Lorenz em 1997 para a população total e para os idosos e não-idosos. Por esse gráfico, pode-se notar que a Curva de Lorenz para a população de idosos é sensivelmente diferente das respectivas curvas para não-idosos e para a população total. Se compararmos apenas os 60% mais pobres de cada distribuição, veremos que a renda encontra-se melhor distribuída entre os idosos do que entre os não-idosos ou do que na população total. Já entre os 35% mais ricos ocorre exatamente o inverso, ou seja, a renda é pior distribuída entre os idosos. Isso significa que a provável piora na distribuição de renda entre os idosos tem origem nos rendimentos da metade mais rica desta população. Como as curvas se cruzam, podemos concluir que não há qualquer tipo de dominância estocástica entre elas.

A Tabela 3 mostra os valores da Curva de Lorenz avaliados nos décimos da distribuição de renda, para a população total, de idosos e de não-idosos. Confirmando nossa análise gráfica, podemos observar que aos 40% de idosos mais pobres cabem 9,55% da renda total dos idosos, ao passo que aos 40% de não-idosos pobres cabem somente 7,95% da renda total dos não-idosos.

Tabela 3

Curva de Lorenz e Índices de Desigualdade - Brasil 1997

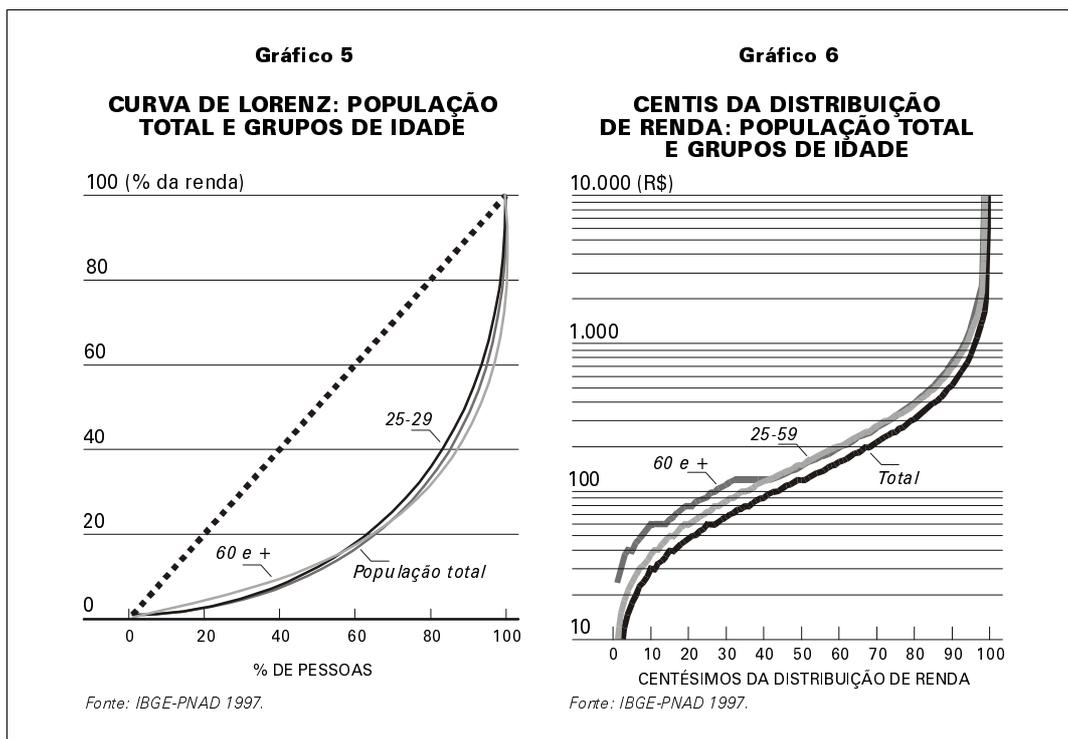
Indicador	Total	Grupos de Idade				
		25 a 59 Anos	60 Anos e Mais	65 Anos e Mais	70 Anos e Mais	75 Anos e Mais
<i>Curva de Lorenz (por décimo)</i>						
1	0,66	0,66	1,10	1,19	1,24	1,27
2	2,23	2,25	3,09	3,23	3,31	3,36
3	4,59	4,64	5,91	6,13	6,27	6,33
4	7,84	7,95	9,55	9,83	10,00	10,15
5	12,21	12,32	13,52	13,72	13,81	14,00
6	17,84	18,10	18,68	18,72	18,63	18,60
7	25,43	25,80	25,59	25,48	25,19	24,90
8	36,04	36,52	35,31	35,06	34,65	34,21
9	52,52	53,17	50,81	50,58	50,01	49,58
10	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<i>Renda média</i>						
(em R\$ de 1997)	243,83	294,87	324,32	322,15	320,62	312,31
<i>Desigualdade</i>						
Índice T de Theil	0,73	0,71	0,76	0,75	0,77	1,00
Coeficiente de Gini	0,60	0,60	0,59	0,59	0,60	0,76

Fonte: Construída com base na PNAD de 1997.

O Gráfico 6 apresenta a curva de percentis ao longo da distribuição de renda. Novamente, os idosos parecem estar em posição vantajosa perante o restante da população. Comparando centésimo a centésimo os 40% mais pobres das populações de idosos, não-idosos e total podemos constatar que a renda média é maior para os idosos em todos os centésimos. Por este gráfico, podemos notar que, enquanto menos de 10% dos idosos ganham menos de R\$ 60 como renda domiciliar *per capita*, na população total temos 25% das pessoas recebendo abaixo deste valor. Entre os adultos não-idosos este percentual é próximo de 20%.

Outra característica interessante da curva de percentis dos idosos é a grande concentração de pessoas recebendo renda domiciliar *per capita* de R\$ 60 e R\$ 120. No sistema previdenciário brasileiro, grande parte dos valores de aposentadorias está vinculada ao salário mínimo ou a múltiplos deste, que era de R\$ 120 no segundo semestre de 1997. Pelo Gráfico 6, verifica-se que 5% dos idosos possuem renda domiciliar *per capita* de exatamente R\$ 60, e mais de 10% possuem renda de exatamente R\$ 120.

Finalmente, esse gráfico também revela que as distribuições de renda de idosos e não-idosos são muito semelhantes para os 60% mais ricos de cada uma das distribuições.



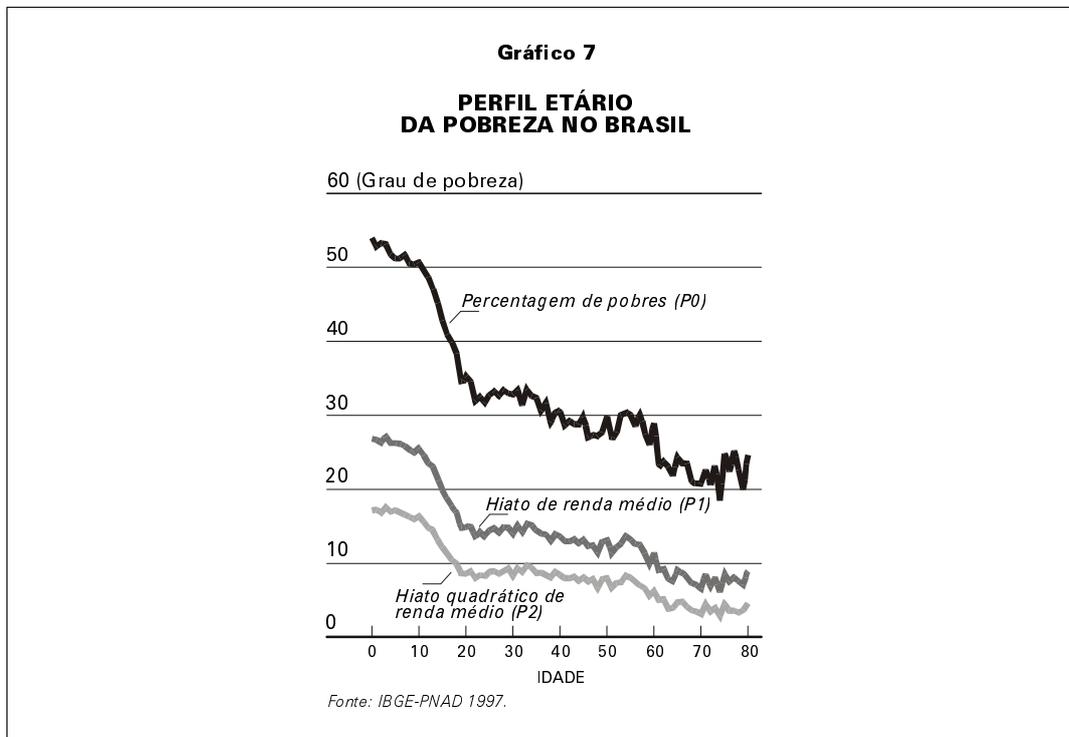
2.3 - A Estrutura de Pobreza para Idosos e Não-Idosos no Brasil

Nesta subseção, descrevemos a incidência e a magnitude da pobreza em grupos socioeconômicos distintos, que compõem as populações de idosos e não-idosos. O interesse principal é calcular a percentagem de pobres, o hiato médio de renda e o hiato médio quadrático de renda no interior de cada um desses grupos, observando como a incidência de pobreza no interior de cada grupo varia quando os indivíduos passam da condição de não-idoso para a de idoso.

De um modo geral, a incidência e a magnitude da pobreza tendem a declinar com a idade. O Gráfico 7 apresenta a evolução dos três indicadores de pobreza da classe Foster-Greer-Thorbecke descritos na Seção 1, ao longo do ciclo da vida. Segundo esse gráfico, a percentagem de pobres (P0) declina de aproximadamente 50% entre pessoas com 10 anos de idade, para algo como 32% entre pessoas com 25 anos. Esta percentagem mantém-se razoavelmente estável até os 60 anos (entre as pessoas com esta idade, 29% são pobres). Para maiores de 60 anos, a percentagem de pobres oscila entre 20% e 25% para quase todas as idades. Os movimentos do hiato de renda (P1) e do hiato quadrático médio de renda (P2) ao longo do ciclo da vida são similares ao de P0, apresentando uma forte redução entre os 10 e 20 anos, com estabilidade até a proximidade dos 55 anos, e novo declínio entre os 55 e 65 anos, mantendo nova estabilidade a partir de então.

A estrutura da pobreza entre idosos e não-idosos pode ser vista na Tabela 4. Em consonância com os resultados obtidos a partir da análise da distribuição de renda, os idosos demonstram sofrer menos os efeitos da pobreza que os não-idosos. Olhando ambas as populações agregadas, observamos que 23% dos idosos

brasileiros são pobres, contra mais de 30% dos não-idosos. Vemos também que tanto o hiato médio de renda (P1) quanto o hiato quadrático médio (P2) também apresentam valores maiores para os não-idosos. Entre os idosos, o valor destes indicadores fica em 8% e 4%, respectivamente. Já entre os não-idosos, estes números são 14% e 8%, respectivamente.



Há pouca diferença na incidência da pobreza por gênero nas populações de idosos e não-idosos. Em ambas as populações os valores de P0, P1 e P2 de homens e mulheres são próximos do valor calculado para cada uma dessas populações como um todo.

Quando dividimos essas populações por cor, surgem importantes diferenças. Tanto entre os idosos quanto entre os não-idosos a incidência e a magnitude da pobreza são maiores entre pretos e pardos do que entre brancos e amarelos ou indígenas. No entanto, para qualquer grupo de cor, a pobreza reduz-se substancialmente quando passamos da população não-idosa para a idosa. A redução na porcentagem de pobres na passagem da situação de não-idoso para idoso é de aproximadamente 7% para pretos e pardos e cerca de 5% para brancos e amarelos ou indígenas.

Tabela 4

A Estrutura da Pobreza para Pessoas Idosas e Não-Idosas: Magnitude da Pobreza no Interior da Categoria – Brasil 1997

	25 a 59 Anos			60 Anos ou Mais		
	Percentagem de Pobres (p0)	Hiato de Renda Médio (p1)	Hiato de Renda Quadrático Médio (p2)	Percentagem de Pobres (p0)	Hiato de Renda Médio (p1)	Hiato de Renda Quadrático Médio (p2)
<i>Brasil</i>	30,6	13,6	8,3	22,9	8,1	4,2
<i>Característica das pessoas</i>						
Gênero						
Homem	29,8	13,2	8,1	23,1	8,8	4,6
Mulher	31,5	14,0	8,5	20,3	7,2	3,6
Cor						
Branco	20,3	8,4	5,0	15,2	5,2	2,6
Amarelo ou indígena	15,9	7,5	4,8	9,6	3,1	1,8
Pardo	45,5	21,4	13,3	36,3	13,2	6,8
Preto	40,0	17,2	10,2	32,6	12,1	6,3
Nível educacional						
0 ano de estudo	62,4	31,4	20,1	33,1	12,3	6,3
1 ano de estudo	47,4	21,6	13,1	20,4	7,2	3,7
4 anos de estudo	30,6	12,4	7,2	11,3	4,2	2,2
8 anos de estudo	18,2	6,8	3,9	6,4	2,3	1,2
11 anos de estudo	6,2	2,4	1,5	2,0	0,9	0,6
<i>Estrutura familiar</i>						
Posição no domicílio						
Agregado	21,7	7,3	3,6	22,8	9,4	5,4
Cônjuge	31,8	14,5	8,9	21,1	6,6	3,1
Outro parente	27,6	10,4	5,6	23,7	8,5	4,3
Chefe	31,6	14,6	9,1	23,4	8,6	4,5
Filho	25,0	9,0	4,7	26,0	8,8	4,4
Localização geográfica						
Centro-Oeste	17,1	6,5	3,8	14,7	4,6	2,1
Rural	2,1	0,8	0,4	0,7	0,4	0,3
Urbano	20,3	7,8	4,5	18,0	5,6	2,6
Nordeste	58,0	28,9	18,4	41,4	15,2	7,8
Rural	78,9	43,8	29,5	46,6	16,5	8,4
Urbano	47,8	21,7	13,0	38,2	14,5	7,5
Norte	39,4	17,5	10,3	36,6	14,2	7,6
Rural	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Urbano	41,6	18,5	10,8	39,2	15,2	8,2
Sudeste	19,6	7,6	4,4	14,3	4,9	2,6
Rural	40,4	16,8	9,7	22,4	6,8	3,4
Urbano	17,2	6,5	3,8	13,3	4,7	2,5
Sul	23,0	9,0	5,1	15,9	5,1	2,4
Rural	41,7	17,6	10,1	18,9	5,6	2,6
Urbano	17,9	6,7	3,8	14,9	5,0	2,4

(continua)

(continuação)

	25 a 59 Anos			60 Anos ou Mais		
	Porcentagem de Pobres (p0)	Hiato de Renda Médio (p1)	Hiato de Renda Quadrático Médio (p2)	Porcentagem de Pobres (p0)	Hiato de Renda Médio (p1)	Hiato de Renda Quadrático Médio (p2)
<i>Inserção no mercado de trabalho</i>						
Ocupado	27,4	11,6	6,8	24,2	8,4	4,2
Desempregado	53,2	30,9	23,4	38,7	19,3	12,7
Inativo	36,3	16,5	10,3	22,2	7,9	4,1
<i>Posição na ocupação</i>						
Com carteira	14,9	4,4	1,9	10,4	3,0	1,3
Conta própria	22,6	8,6	4,6	17,0	5,7	2,9
Empregador	3,4	0,9	0,4	1,1	0,7	0,6
Funcionário público	13,7	5,0	2,5	16,0	5,4	2,4
Sem carteira	29,0	10,8	5,5	17,7	5,0	2,1
Sem remuneração	21,9	8,6	4,8	15,3	4,1	1,7
Impossibilidade lógica	52,9	25,9	16,4	31,4	11,1	5,6
<i>Setor de atividade</i>						
Construção civil	30,2	11,1	5,8	16,6	5,9	3,2
Indústria de transformação	17,5	5,8	2,8	19,0	6,0	3,0
Outras	54,0	27,6	17,8	32,0	11,3	5,7
Serviços distributivos	17,9	6,4	3,2	15,4	4,8	2,2
Serviços pessoais	26,9	9,6	4,9	15,7	4,9	2,4
Serviços produtivos	7,2	2,5	1,2	5,5	1,9	0,9
Serviços sociais	13,0	4,6	2,3	11,9	3,9	1,8

Fonte: Construída com base na PNAD de 1997.

Diferenças significativas também surgem quando analisamos a estrutura da pobreza por grupos educacionais. Dentre as pessoas que chegaram a completar o segundo grau (11 ou mais anos de estudo), a porcentagem de pobres recua quatro pontos percentuais na passagem da situação de não-idoso para a de idoso. Entre os que completaram o primeiro grau mas não chegaram a completar o segundo, esta redução é de mais de 10 pontos percentuais. Entre os que completaram a quarta série mas não conseguiram completar o primeiro grau, o recuo sobe para 20 pontos percentuais. Continuando rumo aos menos escolarizados, entre os que completaram a primeira série mas não terminaram a quarta, a melhora da porcentagem de pobres já passa de 25 pontos percentuais. Finalmente, entre os que não completaram sequer a primeira série, a diferença entre idosos e não-idosos ultrapassa 30 pontos percentuais. Os demais indicadores de pobreza (P1 e P2) apresentam comportamento semelhante.

Passando à análise da posição no domicílio, observa-se que deixa de ser uma regra geral a melhora em termos de pobreza na passagem da situação de não-idoso para idoso. A explicação é que a posição no domicílio varia intensamente ao longo do ciclo da vida e é particularmente afetada pela mudança da situação de não-idoso para idoso. A porcentagem de chefes de família pobres reduz-se de 32% para 23%

na passagem da condição de não-idoso para idoso. Em ambos os casos, a percentagem de chefes de família pobres é muito próxima da de pobres na respectiva população. Os cônjuges também parecem sofrer menos com a pobreza na passagem da situação de não-idoso para idoso. A percentagem de pobres diminui 11 pontos nesse processo. É interessante notar que entre os não-idosos a percentagem de cônjuges pobres é igual à de chefes de família pobres, mas entre os idosos a posição de chefe parece levar ligeira vantagem. Entre os filhos, ocorre a primeira ruptura com o padrão de melhora na transição do *status* de não-idoso para idoso. A percentagem de filhos não-idosos pobres é menor que a de filhos idosos pobres em aproximadamente um ponto percentual. Apesar de a amostra de filhos idosos ser bastante restrita, a magnitude da diferença parece demonstrar que os filhos que não saíram de casa até os 60 anos (ou que por algum outro motivo moram com os pais) têm maior probabilidade de viver em situação de pobreza que os filhos não-idosos. Quanto aos demais moradores do domicílio, observa-se que entre os não-idosos a percentagem de outros parentes e agregados pobres é menor que a de chefes e cônjuges pobres. A explicação é que possivelmente a frequência de pessoas que não sejam do círculo de parentesco mais próximo do chefe deve ser maior nos domicílios mais abastados, que são os que apresentam condições de abrigar mais pessoas.⁶ Este padrão, contudo, não pode ser claramente identificado entre os idosos.

No que se refere à segmentação regional, podemos observar que as regiões Nordeste e Norte são as que possuem a maior percentagem de pobres, tanto para idosos como para não-idosos, corroborando uma infinidade de evidências disponíveis. Da mesma forma, como é de se esperar, as regiões Sul e Sudeste são as que apresentam os menores indicadores de pobreza, e a região Centro-Oeste ocupa uma posição intermediária. Vale ressaltar, no entanto, que, se tomarmos em consideração somente a população idosa, os indicadores de pobreza da região Centro-Oeste atingem valores semelhantes aos das regiões Sul e Sudeste. Na diferenciação entre áreas urbanas e rurais, observamos, em geral, que a incidência de pobreza é maior nas áreas rurais, resultado semelhante a vários indicadores obtidos em estudos sobre o Brasil. Apenas na região Centro-Oeste foi constatada incidência relativamente menor nas áreas rurais.

Mais uma vez, é possível constatar que os indicadores de pobreza são melhores para os idosos do que para os não-idosos. Mas o mais interessante é perceber que tal melhora é significativamente maior nas áreas rurais do que nas urbanas, qualquer que seja a região considerada. Tal melhora faz com que os indicadores de pobreza das áreas rurais fiquem quase que nos mesmos padrões das áreas urbanas. Uma análise aprofundada sobre este fato provavelmente revelaria a grande importância relativa da aposentadoria na complementação da renda domiciliar nas áreas rurais. Além disso, a correlação entre expectativa de vida e renda pode ser maior nas áreas rurais, fazendo com que as chances de atingir os 60 anos de idade sejam ainda mais influenciadas pela renda.

⁶ Lembre-se de que estamos ordenando as pessoas segundo sua renda *domiciliar* e não *familiar*.

Finalmente, observamos que a forma de inserção no mercado de trabalho afeta pouco a probabilidade de um indivíduo idoso ser pobre, ao passo que afeta sensivelmente a de um indivíduo não-idoso ser pobre. Os indicadores de pobreza de idosos ocupados e inativos são praticamente os mesmos da população idosa como um todo, e mesmo os indicadores dos idosos desempregados são apenas marginalmente piores do que os dos idosos em geral. Já para os não-idosos, fica claro que estar ocupado diminui as chances de uma pessoa ser pobre, ao passo que estar inativo ou desempregado aumenta essas chances.

Quanto à posição na ocupação, os números mostram que tanto para os idosos como para os não-idosos ser empregador, funcionário público ou trabalhador com carteira assinada reduz as chances de um indivíduo ser pobre, enquanto trabalhar sem carteira ou por conta própria aumenta essas chances.

Quando dividimos as populações ocupadas, idosa e não-idosa, por setor de atividade, observamos que o impacto de cada setor sobre a pobreza pode ser distinto para elas. Particularmente, o trabalho no setor de construção civil reduz significativamente a probabilidade de um idoso ser pobre, ao passo que em nada afeta a probabilidade de pobreza de um não-idoso. O oposto ocorre com a participação no setor de indústria de transformação. Trabalhar neste setor em nada altera a chance de um idoso ser pobre, mas reduz bastante a possibilidade de um não-idoso o ser.

2.4 - Diferenças entre os Pobres Idosos e os Não-Idosos

Nesta subseção, concentraremos nosso universo de análise somente nas populações de idosos e não-idosos pobres, observando como estes se distribuem segundo características socioeconômicas.⁷ A partir destas distribuições, estimaremos qual fração dos idosos pobres possuiria uma determinada característica socioeconômica, caso as diversas características desse tipo nesta população apresentassem as mesmas frequências que apresentam na população de não-idosos.⁸ Também observaremos como variam as distribuições dos diversos indicadores de pobreza entre as categorias. Se uma categoria concentra fração maior do hiato de renda do que da percentagem de pobres, tal resultado revela que os pobres desta categoria são mais pobres do que a média dos pobres de outras categorias. A Tabela 5 será a referência para a nossa análise.

7 Em relação à subseção anterior, podemos dizer que, enquanto naquela estávamos interessados em observar a distribuição conjunta entre uma dada característica socioeconômica e estar ou não em condição de pobreza, nesta estamos interessados em analisar a distribuição de cada característica condicionada ao fato de as pessoas serem pobres.

8 Note-se que a análise é parcial. Em cada caso, estamos estimando qual seria a proporção de idosos pobres que possuiria uma dada característica, caso esta apresentasse a mesma frequência que é verificada para a população não-idosa, e as demais frequências se mantivessem constantes. Por esta razão, a soma dos percentuais na simulação difere de 100.

Tabela 5
Contribuição da Categoria para a Pobreza — 1997

	Pessoas de 25 a 59 Anos			Pessoas de 60 Anos e Mais			Estrutura da Pobreza dos Idosos caso o seu Perfil Socioeconômico Fosse Igual ao dos Não-Idosos		
	Porcentagem de Pobres (p0)	Hiato de Renda Médio (p1)	Hiato de Renda Quadrático Médio (p2)	Porcentagem de Pobres (p0)	Hiato de Renda Médio (p1)	Hiato de Renda Quadrático Médio (p2)	Porcentagem de Pobres (p0)	Hiato de Renda Médio (p1)	Hiato de Renda Quadrático Médio (p2)
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<i>Característica das pessoas</i>									
<i>Gênero</i>									
Homem	46,83	46,81	47,04	45,26	48,60	49,78	51,72	53,48	54,59
Mulher	53,17	53,18	52,96	48,73	48,85	48,06	48,72	47,17	46,20
<i>Cor</i>									
Branco	37,91	35,07	34,20	40,56	38,98	38,73	37,91	36,43	36,20
Outros	0,26	0,28	0,29	0,38	0,34	0,39	0,21	0,19	0,22
Pardo	54,52	57,58	58,62	50,21	51,44	51,50	58,13	59,56	59,62
Preto	7,17	6,95	6,76	8,83	9,20	9,34	7,83	8,16	8,28
<i>Nível educacional</i>									
0 ano de estudo	30,54	34,53	36,35	61,27	64,07	63,79	22,90	23,10	22,88
1 ano de estudo	5,17	5,65	5,84	5,04	5,30	5,44	3,53	3,53	3,60
2 anos de estudo	9,11	9,44	9,41	7,14	7,31	7,25	5,83	5,73	5,65
3 anos de estudo	11,11	10,95	10,69	6,92	6,54	6,40	6,14	5,65	5,52
4 anos de estudo	18,65	17,22	16,42	10,59	10,92	11,17	9,91	9,84	10,06
5 anos de estudo	5,88	5,32	5,04	0,48	0,59	0,67	4,17	5,16	5,89
6 anos de estudo	3,37	3,00	2,83	0,36	0,33	0,35	1,72	1,59	1,64
7 anos de estudo	3,36	2,95	2,79	0,24	0,23	0,25	1,45	1,27	1,36
8 anos de estudo	5,72	4,81	4,53	1,10	1,08	1,07	2,76	2,72	2,76
9 anos de estudo	1,00	0,85	0,81	0,07	0,08	0,09	1,15	1,29	1,44
10 anos de estudo	1,13	0,91	0,85	0,09	0,12	0,19	0,48	0,69	0,99
11 anos de estudo	4,23	3,49	3,33	0,60	0,70	0,88	1,93	2,28	2,86
12 anos de estudo	0,09	0,11	0,15	0,01	0,03	0,05	0,07	0,16	0,27
13 anos de estudo	0,08	0,10	0,13	0,02	0,02	0,01	0,12	0,13	0,10
14 anos de estudo	0,10	0,13	0,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 anos de estudo	0,23	0,28	0,36	0,04	0,08	0,14	0,12	0,23	0,40
16 anos de estudo	0,06	0,09	0,13	0,02	0,05	0,10	0,04	0,11	0,21
17 anos de estudo	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

(continuação)

	Pessoas de 25 a 59 Anos			Pessoas de 60 Anos e Mais			Estrutura da Pobreza dos Idosos caso o seu Perfil Socioeconômico Fosse Igual ao dos Não-Idosos		
	Porcentagem de Pobres (p0)	Hiato de Renda Médio (p1)	Hiato de Renda Quadrático Médio (p2)	Porcentagem de Pobres (p0)	Hiato de Renda Médio (p1)	Hiato de Renda Quadrático Médio (p2)	Porcentagem de Pobres (p0)	Hiato de Renda Médio (p1)	Hiato de Renda Quadrático Médio (p2)
<i>Estrutura familiar</i>									
<i>Posição no domicílio</i>									
Agregado	0,28	0,21	0,17	0,40	0,46	0,52	0,40	0,46	0,52
Cônjuge	37,23	38,10	38,39	20,43	18,05	16,60	33,04	29,19	26,84
Outro parente	3,78	3,20	2,81	14,19	14,35	14,01	4,35	4,40	4,30
Chefe	48,59	50,30	51,68	64,53	66,72	68,46	48,01	49,64	50,94
Filho	10,20	8,26	7,01	0,45	0,43	0,42	14,19	13,46	13,22
<i>Localização geográfica</i>									
<i>Grandes regiões</i>									
Centro-Oeste	3,97	3,41	3,22	2,88	2,49	2,26	4,54	4,02	3,65
Rural	0,08	0,07	0,06	0,03	0,05	0,06	0,04	0,06	0,08
Urbano	3,91	3,36	3,17	2,88	2,47	2,22	4,63	4,06	3,66
Nordeste	48,42	54,36	56,59	49,39	53,86	54,12	46,18	48,00	48,00
Rural	21,63	27,03	29,80	19,43	21,36	21,02	17,08	17,09	16,82
Urbano	26,81	27,36	26,82	29,52	31,51	31,85	28,68	30,62	30,95
Norte	5,40	5,41	5,18	5,06	5,32	5,53	6,71	7,32	7,66
Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbano	5,43	5,44	5,21	5,09	5,36	5,57	6,85	7,48	7,82
Sudeste	29,85	25,90	24,81	26,10	25,64	26,37	29,10	28,03	28,62
Rural	6,20	5,78	5,46	3,80	3,69	3,58	4,60	3,92	3,78
Urbano	23,55	20,03	19,27	22,24	21,90	22,74	24,34	23,99	24,73
Sul	12,24	10,79	10,08	10,56	10,14	9,55	11,32	10,23	9,56
Rural	4,76	4,52	4,26	2,61	2,41	2,17	2,88	2,39	2,15
Urbano	7,49	6,28	5,83	7,95	7,73	7,38	8,35	7,80	7,38
<i>Inserção no mercado de trabalho</i>									
<i>Ocupação</i>									
Ocupado	64,15	61,30	58,27	32,04	31,17	30,41	78,02	77,98	78,43
Desempregado	7,46	9,74	12,11	1,18	1,66	2,13	7,48	10,81	14,27
Inativo	28,53	29,13	29,82	66,75	67,12	67,38	23,99	24,79	25,65

Fonte: Construída com base na PNAD de 1997.

As mulheres constituem a maioria dos pobres, tanto entre os idosos quanto entre os não-idosos. No entanto, a percentagem dos pobres formada por mulheres é menor entre os idosos do que entre os não-idosos, apesar de a frequência de mulheres ser maior entre os idosos. Se a frequência de mulheres na população idosa fosse igual à frequência delas na população não-idosa, deveríamos observar entre os idosos uma predominância de pobres do sexo masculino. As distribuições dos indicadores P0, P1 e P2 entre homens e mulheres são similares, indicando que uma mulher pobre é, em média, tão carente quanto um homem pobre.

Seguindo este procedimento, observamos que, tanto na população idosa quanto na não-idosa, os pardos constituem a maioria dos pobres, seguidos dos brancos, pretos e amarelos ou indígenas. No entanto, a fração composta pelos pardos reduz-se significativamente na passagem da população não-idosa para a idosa, ao passo que as frações correspondentes aos demais grupos de cor se elevam. Analisando a distribuição de cada tipo de cor na população, constata-se que a frequência de não-pardos é bem maior entre idosos do que entre não-idosos, enquanto a de pardos reduz-se ao mesmo montante. Dessa forma, podemos constatar que a distribuição da pobreza entre idosos só é menos desfavorável aos pardos porque eles estão menos presentes nessa população e não porque existe uma tendência particularmente favorável à diminuição da pobreza neste grupo com o passar do tempo. Se as frequências de pardos, brancos, pretos e amarelos ou indígenas fossem iguais em ambas as populações idosa e não-idosa, a distribuição da pobreza entre estes grupos não se alteraria. Além disso, as distribuições do hiato de renda e do hiato quadrático de renda revelam que os pardos pobres tendem a ser mais pobres que os brancos pobres.

A distribuição segundo grupos educacionais mostra que a concentração de indivíduos pobres declina com o aumento do nível educacional, tanto para o universo de idosos quanto para o de não-idosos. Dentre aqueles de 60 anos em diante, mais de 61% dos idosos pobres não chegaram a completar sequer o primeiro ano de estudo, ao passo que este percentual é de aproximadamente 30% entre os não-idosos. No outro extremo, a percentagem de pobres com segundo grau incompleto ou com pelo menos o segundo grau completo é cerca de cinco vezes maior na população não-idosa do que na população idosa. A princípio, este resultado poderia ser consequência de a distribuição de escolaridade entre os idosos concentrar-se em torno de níveis mais baixos de escolaridade do que entre os não-idosos; ou de a taxa de retorno da educação, em termos de renda domiciliar, aumentar com a idade. Simulando a distribuição de pobreza por grupos educacionais entre idosos, caso estes possuíssem a mesma distribuição de educação que os não-idosos, vemos que a concentração da pobreza entre pessoas com menos de um ano de estudo se deve principalmente ao fato de serem os idosos analfabetos em muito maior número que os não-idosos: caso a frequência de analfabetos entre idosos fosse a mesma dos não-idosos, a percentagem analfabeta dos idosos pobres seria reduzida de 61,27% para 22,9%. Da mesma forma, a percentagem de idosos pobres com primário incompleto diminuiria bastante caso a frequência de pessoas com primário incompleto entre os idosos fosse igual à dos não-idosos. Já para os níveis educacionais mais elevados, a pobreza tenderia a aumentar se tais frequências fossem equalizadas. No que se

refere ao grau da pobreza, observa-se que, entre os pobres não-idosos, aqueles com menor nível educacional tendem a ser mais pobres do que os de maior escolaridade. O mesmo fenômeno não se observa entre os idosos pobres.

A distribuição dos pobres segundo categorias de posição no domicílio difere sensivelmente entre idosos e não-idosos. Entre os pobres com 60 anos ou mais, quase 65% são chefes, contra apenas 48,6% entre os pobres não-idosos. Já as percentagens de cônjuges e filhos são maiores entre os pobres não-idosos: 37,2% contra 20,4% no caso dos cônjuges e 10,2% contra 0,45% no caso dos filhos. Ainda que as classes de posição no domicílio apresentassem as mesmas frequências observadas na população não-idosa, as percentagens de pobres idosos incluídos em cada classe difeririam da respectiva percentagem entre os não-idosos para algumas classes: teríamos 33% dos idosos pobres na condição de cônjuge contra 37,2% observados entre os não-idosos; e 14,2% dos idosos pobres seriam filhos, contra apenas 10,2% dos pobres não-idosos. No mais, vemos que na população não-idosa a pobreza é mais intensa entre os chefes e cônjuges do que entre os filhos, ao passo que entre os idosos a pobreza também é mais intensa para os chefes mas significativamente menos intensa para os cônjuges.

Passando à análise por categorias de divisão geográfica, a Tabela 5 revela que, tanto para os idosos como para os não-idosos, com exceção da região Centro-Oeste, a pobreza é mais concentrada nas áreas rurais do que nas urbanas. Observa-se também que as regiões Nordeste e Sudeste são as que possuem maior fração dos pobres. Ao contrário das demais características analisadas, a distribuição geográfica dos pobres idosos é muito semelhante à dos pobres não-idosos. No entanto, é importante notar que se a percentagem da população idosa que reside no Nordeste fosse igual à da população não-idosa que reside na mesma região, o percentual de pobres nordestinos seria muito menor do que o observado. Chama a atenção, neste caso, a disparidade entre as distribuições de P0, P1 e P2 entre os não-idosos, levando à conclusão de que os pobres no Nordeste são, em média, muito mais pobres do que os demais, o oposto ocorrendo com os pobres do Sul e Sudeste. Entre os idosos, este fenômeno não ocorre.

Por fim, analisando a relação dos pobres com o mercado de trabalho, observamos que, entre os idosos, os inativos constituem a maioria dos pobres, ao passo que, entre os não-idosos, esta maioria está entre os ocupados. Evidentemente, estas percentagens são fortemente afetadas pela relação existente entre a idade e a forma de inserção no mercado de trabalho. Corrigindo a distribuição dos pobres idosos pelas frequências presentes na população não-idosa, observamos que os percentuais de idosos pobres ocupados, desempregados e inativos mudam completamente, fazendo com que os ocupados passem a constituir maioria ainda mais ampla do que entre os não-idosos e com que os inativos passem a formar uma minoria ainda mais exígua. Pode-se concluir, pois, que a elevada percentagem de idosos pobres inativos deve-se principalmente à grande presença de pessoas inativas entre os idosos. É interessante notar que os pobres ocupados tendem a ser menos necessitados que os demais pobres, tanto no caso dos idosos como no dos não-idosos. Já os pobres desempregados tendem a ser significativamente mais pobres que os demais.

2.5 - O Impacto dos Idosos sobre a Pobreza

A Tabela 6 assim como os Gráficos 4 e 6 apresentados nas seções anteriores revelam que o grau de pobreza entre os idosos é bem inferior ao dos não-idosos. Essa tabela revela que, enquanto 37% da população total e 38% dos não-idosos são pobres, apenas 23% dos idosos são pobres, revelando simultaneamente que a incidência da pobreza é menor entre os idosos e que a sua contribuição para a população pobre é limitada. De fato, enquanto os idosos representam cerca de 8,6% da população total, eles representam apenas 5,3% da população pobre (Tabelas 6 e 7). A menor pobreza dos idosos pode também ser visualizada a partir do Gráfico 4, que revela que a proporção de idosos por domicílio cresce com a renda *per capita*, sendo particularmente baixa entre os 20% mais pobres.

Tabela 6

Impacto da Renda dos Idosos sobre a Pobreza

Grau de Pobreza	Porcentagem na População	Renda Per Capita Original	Renda Per Capita Desconsiderando a Renda dos Idosos	Renda Per Capita Retirando os Idosos
Porcentagem de pobres (P0)				
População total	100,0	37,3	44,8	—
Não-idosos (0 a 59 anos)	41,3	38,7	42,2	40,9
60 anos e mais	8,6	22,9	72,3	—
Hiato de renda médio (P1)				
População total	100,0	17,2	24,8	—
Não-idosos (0 a 59 anos)	41,3	18,1	21,6	20,8
60 anos e mais	8,6	8,1	58,7	—
Hiato de renda quadrático médio (P2)				
População total	100,0	10,6	17,9	—
Não-idosos (0 a 59 anos)	41,3	11,2	14,5	14,0
60 anos e mais	8,6	4,2	53,8	—

Fonte: Construída com base na PNAD de 1997.

Tabela 7

Porcentagem de Idosos e Não-Idosos entre os Pobres

População	%
25 a 59 anos	33,9
60 anos e mais	5,3

Fonte: Construída com base na PNAD de 1997.

Portanto, as evidências apresentadas mostram que os idosos são menos atingidos pela pobreza que os não-idosos. A questão que se coloca, agora, é: a pobreza entre os idosos é limitada por causa da sua renda ou porque eles vivem em domicílios que, independentemente da sua renda, teriam uma alta renda *per capita*, em função da renda dos adultos não-idosos no domicílio? Com este objetivo, estimaremos o grau de pobreza dos idosos, desconsiderando a sua renda pessoal.

Essas estimativas, apresentadas na Tabela 6, revelam que, sem sua própria renda, a percentagem de idosos pobres passaria de 23% para 72%, isto é, a pobreza, tanto dos idosos como daqueles que vivem em domicílios com idosos, depende fundamentalmente da renda destes. Assim, fica claro que a baixa incidência da pobreza entre os idosos é muito mais o resultado do seu próprio nível de renda do que do fato de pertencerem a domicílios que, independentemente deles, não seriam pobres.

Os idosos desempenham um duplo papel na geração da pobreza entre os não-idosos: um idoso a mais aumenta o número de membros no domicílio, reduzindo a renda *per capita* e elevando, portanto, o grau de pobreza. Por outro lado, na medida em que um idoso a mais significa renda adicional, a sua presença eleva a renda domiciliar *per capita* e, portanto, reduz o grau de pobreza.

Nesta subseção buscamos verificar qual destes fatores é dominante e, portanto, em que medida o impacto líquido da presença dos idosos pode elevar ou reduzir o grau de pobreza dos domicílios a que pertencem.

A renda *per capita*, y , de cada domicílio pode ser escrita da seguinte forma:

$$y = (1 - \alpha) \cdot y_0 + \alpha \cdot y_1 = y_0 + \alpha \cdot (y_1 - y_0)$$

onde y_0 denota a renda média dos não-idosos, y_1 a renda média dos idosos e α a proporção de idosos no domicílio. Dessa forma, o impacto da presença dos idosos sobre o grau de pobreza dos demais membros de um domicílio depende de a renda dos idosos ser maior ou menor que a dos demais membros, isto é, que a renda domiciliar *per capita*. Se a renda dos idosos de um domicílio for maior que a renda *per capita* do domicílio a que pertencem, a presença destes idosos estará reduzindo o seu grau de pobreza.

Portanto, um parâmetro fundamental na análise do impacto dos idosos sobre a pobreza dos não-idosos é a relação entre a renda média dos idosos e a renda *per capita* dos domicílios a que pertencem. Estimativas com base na PNAD de 1997 revelam que a renda média dos idosos é sempre bem superior à média da população como um todo (Tabela 3). Mais importante ainda é a evidência apresentada no Gráfico 6, mostrando que, para todos os centésimos da distribuição das pessoas segundo a renda domiciliar *per capita*, a renda média dos idosos é sempre superior à média entre todas as pessoas, particularmente para as camadas mais pobres da população. Esse resultado é adicionalmente corroborado pelo Gráfico 8, onde se vê como a proporção de domicílios com idosos cuja renda média é maior que a renda *per capita* varia ao longo da distribuição de renda. Esse gráfico revela que na maioria dos domicílios a renda dos idosos é maior que a média, particularmente entre os domicílios mais pobres. De fato, entre a metade mais pobre, mais de 85% dos domicílios têm a renda média dos idosos acima da renda domiciliar *per capita*.



Em suma, como a renda média dos idosos é em geral mais elevada que a renda *per capita* dos domicílios a que pertencem, a sua presença tem um impacto positivo na redução da pobreza de seus domicílios. Dito de outra forma, os domicílios com idosos seriam mais pobres caso estes idosos constituíssem domicílios separados, fato confirmado de forma direta pela evidência apresentada na Tabela 6. Essa tabela revela que, enquanto 39% dos não-idosos (zero a 59 anos) são pobres quando consideramos a presença e a renda dos idosos, ao passarmos a desconsiderar a sua presença, e conseqüentemente a sua renda, a percentagem de pobres cresce para 41%.

Como já mencionado, o impacto da presença dos idosos tem dois efeitos em sentidos contrários sobre a pobreza dos domicílios. No primeiro caso, a Tabela 6 revela que a contribuição da renda dos idosos reduz a pobreza dos não-idosos em três pontos percentuais, na medida em que, se os idosos não tivessem renda, 42% dos não-idosos seriam pobres, em vez dos 39% efetivamente observados. No segundo, os idosos, mesmo que não tivessem renda, não seriam um grande peso para os não-idosos. A diferença no grau de pobreza dos não-idosos entre excluir os idosos do domicílio e manter os idosos mesmo que estes não tenham renda própria é de apenas 1%. Neste caso, a Tabela 6 revela que, considerando a presença dos idosos mas não sua renda, 42,2% dos não-idosos seriam pobres, enquanto na ausência dos idosos, a percentagem de não-idosos pobres se reduziria para apenas 40,9%. Este fato é, em certa medida, inesperado, e portanto merece alguns comentários adicionais. Por um lado, ele se explica simplesmente pelo fato de, em virtude da composição etária da população brasileira, os idosos representarem ainda uma parcela pequena da população total (8,6%). Por outro lado, decorre de estarem os idosos extremamente sub-representados nas famílias

mais pobres. De fato, como revela o Gráfico 4, o número de idosos por domicílio cresce de forma acentuada ao longo da primeira metade da distribuição de renda.

3 - CONCLUSÕES

Neste trabalho buscamos compreender, com base na PNAD de 1997, não somente quem são os idosos pobres e que posição ocupam na distribuição de renda mas, também, quão diferentes eles são dos demais pobres e dos demais idosos e como a sua renda afeta o grau de pobreza.

Ao analisarmos a evolução dos rendimentos da população ao longo do seu ciclo de vida, observamos que a renda domiciliar cresce com a idade até cerca de 60 anos, declinando suavemente a partir de então. A composição da renda domiciliar muda significativamente com a idade, de modo que entre os idosos as rendas de aposentadoria constituem a parcela principal. Este tipo de renda é particularmente importante entre os idosos pobres, constituindo quase 60% da sua renda domiciliar.

Quanto à posição relativa dos idosos na distribuição de renda, concluímos que a concentração de idosos cresce com a renda, estando eles, portanto, sub-representados nos décimos mais pobres e sobre-representados entre os décimos mais ricos da distribuição. Há uma acentuada concentração de idosos no centro da distribuição, principalmente no sexto e sétimo décimos de renda. O grau de desigualdade de renda medido pelo índice T de Theil é inequivocamente maior entre idosos do que entre não-idosos. No entanto, se compararmos apenas os 60% mais pobres de cada distribuição, veremos que nesta faixa a renda encontra-se melhor distribuída entre os idosos do que entre os não-idosos.

A análise das diferenças na incidência de pobreza entre idosos e não-idosos revelou que, de um modo geral, a percentagem de pobres tende a ser menor entre os idosos do que entre os não-idosos. O grau de pobreza entre os idosos é de 23% ao passo que entre os não-idosos é de 39%. Esse fato deve-se, em grande medida, à renda dos idosos. Na falta de renda própria, o grau de pobreza dos idosos e daqueles vivendo em famílias com idosos seria mais de três vezes superior (72%). Assim, o sistema previdenciário existente, somado à capacidade própria de poupança da população, tem sido capaz de resolver de forma satisfatória a pobreza entre os mais idosos no país, se comparada à capacidade da política social brasileira em resolver a questão da pobreza nos demais segmentos da sociedade. Além disso, do ponto de vista econômico, a presença dos idosos não representa um aumento na razão de dependência. De fato, demonstramos que a renda média dos idosos é mais elevada que a renda *per capita* da maioria dos domicílios, em particular dos pobres. Portanto, a presença dos idosos, em vez de ser uma das razões para um maior grau de pobreza entre os não-idosos, na verdade é responsável por reduzir o seu grau de pobreza — a pobreza entre os não-idosos seria dois pontos percentuais maior, caso os idosos constituíssem domicílios separados.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. *Uma caracterização das condições de pobreza e de desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, set. 1999, 11 p., mimeo.

FOSTER, J., GREER, J., THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, v. 52, n. 3, p. 761-766, May 1984.

HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998, 275 p. (Academia, 22).

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 a 1997*. Rio de Janeiro, 1997.
